

SEARA NOVA

NÚMERO 19

3-XI-1922

Portugal-Espanha

A *Seara Nova* desejou ouvir algumas opiniões autorizadas sobre o problema, novamente suscitado, da aproximação luso-espanhola. Inserimos hoje os depoimentos dos Srs. Drs. Trindade Coelho, Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos

A minha obscura opinião, aliás já expressa em dois artigos n' *O Primeiro de Janeiro*, é esta :

1.º S. M. o Rei de Espanha é um *rei constitucional*. Nenhum acto seu pôde produzir efeitos jurídicos se não fôr referendado por um membro do poder executivo. Nas *limitações da autoridade real*, taxativamente enumeradas, estão compreendidos: a ratificação dos *tratados de commercio* e a ratificação dos *tratados que estipulem subsidios a qualquer potencia estrangeira*. Quere dizer, S. M. o Rei de Espanha necessita de uma *autorização especial* — mediante uma lei especial — para solucionar os pontos capitais da entrevista. Necessita por consequência dos seus govêrnos. Ora os seus govêrnos :

2.º Denunciaram, em 1912, o nosso *tratado de commercio*, que caducou em 1913. Impediram a solução amigavel da *questão da pesca*, reclamando a liberdade em toda a costa portuguesa, após sucessivas violações do direito internacional público. É conhecida, e edificante, a história dos galeões espanhóis.

E adiaram, — suspendendo-a — a regularização amigavel da *questão do Douro internacional*, que acabou por um relatório luso em *alexandrino heroico*.

3.º Não podemos ter *vida externa* enquanto não tivermos *vida interna*. Por melhores palavras: não podemos nem devemos contractar em manifesta e dolorosa *inferioridade de capacidade juridica*. Afirma-mo a espinha dorsal.

4.º À parte os conselhos dados por um soberano estrangeiro, publicamente e em entrevista, sobre a *politica interna* portuguesa, o que mais me chocou na precipitada conferência de Miramar foi o *momento* em que essa conferência, *pedida há ano e meio*, se realizou. Efectivamente,

5.º Essa conferência realizou-se dois dias depois da solução de certos aspectos do problema de Marrocos; na ausência do nosso Chefe de Estado que, pela constituição, orienta e dirige a *politica externa* da Nação; e precisamente quando o sr. Presidente da República, longe do seu país, terminára uma viagem à America em que o soberano espanhol há tanto sonha.

6.º A nossa *depressão cambial* é também devida, em parte, à *especulação espanhola* que impunemente nos arrebanhou ouro, prata, cobre e títulos de divida portuguesa.

7.º A *infiltração economica*, num país anarquizado, provoca, fatalmente, a *infiltração politica*.

Resumindo e concluindo: amando eu a Espanha pela inteligência e pelo coração, só desejo que sejamos *contractantes* quando nos mostrarmos *capazes*, isto é, em *absoluta igualdade de situação juridica*, igualdade que apenas teremos quando a vida do nosso Estado, à face do direito público, fôr *normal*.

Dito isto — e calado o resto — em reverência afirmo ao sr. ministro dos estrangeiros que acabo de pendurar o meu chapéu de côco no cabide internacional das nossas *conveniências*. Finalmente: o que mais me afflige, hoje, não são as *cascas de laranja*: são as *cascas de banana*.

TRINDADE COELHO.

Deseja a *Seara Nova* conhecer a minha opinião acerca do assunto da entrevista do Rei de Espanha com o director do *Diário de Noticias*. Não sei responder sem pôr a vista nas situações e problemas fundamentais das nações peninsulares.

A Espanha quere ser outra vez, legitimamente, uma potência mediterrânea, talvez colonial, e porfim continental europeia. Não falta quem por lá julgue que não pode sê-lo sem a absorção de Portugal, primeiramente apenas economica, se a politica não fôr logo possível. No fundo, o testamento de Flórida Blanca, para uma incorporação amigável e suave, está sempre em vigor aos olhos de muitos espanhóis, embora mudem os modos calculados de applicação.

A história criou dêste lado um sentimento pátrio, que se opõe a todas as razões geográficas, politicas, e etnográficas, se quizerem, da unificação ibérica. Ainda assim, esta só é impossível enquanto êle tiver amparos decisivos, que estão muito longe de ser por si os da aliança inglesa. O primeiro, que tem servido até hoje e continuará a servir por algum

tempo, é a existência de grandes colónias portuguesas. Elas nos dão a consciência forte de um destino, um grande valor internacional e individualidade jurídica no mundo. O segundo, que absolutamente devemos preparar enquanto se não emancipem as nossas possessões, tem de ser uma definitiva solidez económica e financeira da metrópole. Tem ela de vir especialmente por uma agricultura extensa e perfeita, uma indústria suficiente, um comércio largo e próspero, uma navegação considerável. Sem ela, e já sem domínio ultramarino, é óbvio que à nossa população faltaria consistência moral e material para ser independente. A fusão com a outra do lado, mais de três vezes superior, e com plenitude de vida própria, seria inevitável.

¿ Qual deve, pois, ser a primeira política nacional? Continuar com intensidade a nossa missão colonizadora e ao mesmo tempo regenerar as nossas finanças e desenvolver com vigor o povoamento e a lavoura da metrópole, pontos de partida para todo o grande resto. *As bases decisivas de toda essa obra dependem exclusivamente da nossa vontade e recursos próprios.* Basta uma sã vida nova do Estado, das classes, das famílias, dos indivíduos, com o possível adjutório dos portugueses que estão nas colónias e em países estrangeiros. Só então é natural, justo e humano pedir, obter e aceitar, na medida conveniente, empréstimos e colaborações económicas de capitais estrangeiros, com proveitos comuns. É claro que esse concurso nos pode vir também da Espanha, em grande parte. Completar-se hão assim as maiores ligações morais, científicas e literárias, que devem existir entre as duas sociedades ibéricas. Em todas estas relações, rematadas com os laços maiores entre a Península e a América hispânica e lusitana, deve estar a suprema potência da solidariedade latina. Esta será indispensável ao equilíbrio universal, ainda que da Conferência Pan-americana de Santiago do Chile, em Março de 1923, saíam fórmulas e actos conducentes a uma nova Liga das Nações que abranja a humanidade civilizada.

¿ Mas que temos em Portugal? Uma política de boas intenções mal fundadas levou-nos para a guerra na Europa: quando toda a nossa luta devia ter sido, ainda com maior extensão e força, no continente negro. Uma governação infeliz vem apenas cavando a nossa ruína: que é já de 1.300.000 contos no tesouro, e duas ou três vezes maior no país, com tendência para aumentar na própria velocidade. Três ou mais grupos financeiros, sem medida nas ambições cheias de maus exemplos, acompanham ou excedem a acção dos partidos nos devorismos e estragos: no esgotamento substancial da pátria. Paralelamente, em geral, a agricultura, a indústria, o comércio de todas as dimensões especulam, agiotam, desordenam e extenuam como os argentários. A maior parte da lavoura do sul torna-se pecuária. A do norte retrograda nos aproveitamentos. A terra produz cada vez menos—já nem sequer dois terços do que dava antes—asselvajando-se, provocando o bolchevismo. Ela ainda mais desorganiza tudo pela venda do seu produto à Espanha, em contrabando, por cobiça de pesetas e de câmbios. Os exploradores de todos os feitios põem lá fora o seu dinheiro, já mais de 200.000 contos em ouro. Tudo isto prossegue. O valor intrínseco da nossa propriedade, do nosso rendimento, da nossa moeda, tende na escala para próximo de zero. Os últimos termos desta série trágica, se fosse possível, seriam a explosão do extremismo revolucionário, a perda das colónias, a absoluta inanição da metrópole, e depois a nossa incorporação na Espanha, por falta de resistência vital.

¿ Que pensam os grupos financeiros? Que não há remédio possível. Que só resta prolongar o mesmo sistema de política esbanjadora e improdutiva e de explorações parási-

tárias e vorazes, com novas colheitas de lucros fáceis, vindo capitais de fora, por empréstimos, créditos, cooperações económicas, a título de se melhorarem os câmbios e os preços, de se entrar na reconstrução e de se desenvolver a economia. De acôrdo implícito com eles, as facções poderiam continuar com esses recursos a funesta administração que vimos tendo e que não podem mudar. Eles mesmos ganhariam as comissões e participações destes negócios. Transfeririam lá para fora o que fossem daí liquidando em ouro: como veem fazendo ao fruto das suas vindimas indígenas. Foi-lhes impossível realizar todo este sonho com entradas de libras e dolars, em operações buscadas laboriosamente. Voltaram então com mais viveza os olhos para as pesetas que viriam a fôr de aproximação luso-espanhola. Achariam bem que ao vizinho se dessem para isso vantagens na hidro-eléctrica, na viação férrea, talvez na zona de pesca meridional, e muito provavelmente na admissão de produtos industriais. Até agora vendia-se à Espanha pelos *duros* valiosos tudo o que era ainda pouco para nós, aumentando-se a ruína, a miséria, o caos. Depois, com o ouro da assistência financeira e económica dos nossos irmãos peninsulares, compraríamos os artigos das suas fábricas e até da sua agricultura. Viria um intercâmbio inverso do que vem sendo feito pelo contrabando. Sómente desta feita, ao mesmo tempo que produziríamos cada vez menos, como até aqui, a Espanha estaria dentro da nossa casa como grande crédora e empresária. Cresceria de todos os modos a nossa desorganização e fraqueza. ¿ Quem não vê que assim chegaríamos ainda mais depressa à perda das nossas possessões e da nossa independência?

É evidente que o nobre coração do monarca espanhol é estranho aos designios dos grupos deste país hoje a saque. Tão pouco D. Afonso XIII tem por objecto da sua vontade recta as consequências graves deste mercantilismo sêco. O seu alto e belo espírito, porém, pode enganar-se, quanto à oportunidade e à forma da cooperação do seu ilustre povo no levantamento económico e financeiro de Portugal. Fora dos elementos que nos veem arruinando, uma reacção inevitável de portugueses, que se não deve confundir com revolução, levará a devida reforma ao Tesouro, à Banca, à terra, e ainda após ao resto, abrindo uma era de reorganização e de progresso na metrópole e nas colónias. Então ficarmos há bem pedir e aceitar, com utilidades comuns, o justo e prudente auxílio de outras nações amigas. Entre as que nos possam ajudar eficazmente, poderá ter lugar muito especial a Espanha, com toda a grandeza moral do seu Chefe prestigioso.

QUIRINO DE JESUS.

Quando foi da outra brotoeja ibérica, por 1917, o *Estudio* de Barcelona publicou o assunto de uma carta minha a D. Aurelio Ras, sobre *O Zollverein e a Harmonia Iberica*, em que o primeiro período era este:

«O Zollverein iberico, para não ser uma invasão lenta que terminaria pela subalternização completa do nucleo demográfico de menor vitalidade, supõe realizadas estas condições fundamentais:

«1.^a Sincronismo na vida economica de Espanha e Portugal, e

2.^a Semelhança de aspirações nacionais, e correlativa paridade de politica internacional.»

Feita uma análise sumaria das circunstancias, em 1917, da 1.^a condição, rematava eu:

«Em conclusão: nas condições actuais um Zollverein (se fosse viavel pelas condições internacionais) daria vantagens

principalmente à Espanha, tornando-a preponderante de todo.»

O mesmo direi hoje como aviso para tratados de commercio.

Acerca da 2.^a condição formulara a pergunta:

«— Convem mais a Portugal (que inexoravelmente tem de ficar jungido a outras nações para o seu equilibrio economico e financeiro, pondo já de banda as questões de politica internacional) colaborar tanto quanto possível com a Espanha, buscando e aceitando a cooperação desta nos problemas economicos que a ambas interessem, e até nos outros, em vez de continuar a manter-se alheio e isolado da vizinhança, não se entregando assim de todo aos povos hegemónicos não afins com ele, quer na raça, quer nos problemas do territorio?»

E respondia logo: «— E' minha opinião que, fatal como tem de ser a ingerencia da finança e da actividade estranha na vida de Portugal (haja ou não haja a falencia do Estado), convem muito mais a Portugal aceitar tanto quanto possível — e com as possiveis cautelas — a colaboração da Espanha na sua vida economica e financeira, do que a dos outros povos europeus.»

«... alguns problemas que dizem respeito à valorização do territorio da Iberia sobrepõem-se, por inviolaveis imposições naturais, às fronteiras e a todos os artificios politicos, tendo vindo sempre insolúveis (e como tais hão de perdurar enquanto assim se viver) porque não se tem dado a cooperação politica dos nucleos demográficos para a sua resolução. Só uma harmonia de trabalho, uma bem intencionada e poderosa cooperação de esforços, poderá pôr cobro a males que séculos de indiferença e de isolamento de Espanha e Portugal têm agravado, impedindo que hoje a Ibéria faça notar, tanto como devia ser, o seu valor territorial no convívio economico dos povos.»

Depois de referir alguns dos problemas:

«Por isso julgo que a aproximação de Espanha e Portugal deve fazer-se pela cooperação harmonica de interesses ao longo das terras da fronteira, logo seguida de relações vantajosas para regiões muito mais vastas: assim a utilização hidro-eléctrica do Lima (que está iniciada por capitais espanhóis) valorizava e estreitava relações de Ginzo de Limia a Viana do Castelo; o aproveitamento do Douro traria grande estreitamento de relações ao vastissimo territorio que vai de Valadolid ao Pôrto, e de Toledo a Leon, além de dar a estrada comercial de Madrid; o aproveitamento do Guadiana deveria pôr em melhores relações, valorizando-a, toda a vasta região alemtejana e estremenha espanhola que vai de Montemor-o-Novo a Mérida, de Moura a Campo Maior.»

O problema da valorização da Ibéria *sem prejuízo de Portugal*, que preocupa o meu espirito há mais de dez anos, é, desde abril passado, a mais absorvente preocupação da minha vida quotidiana. Direi no **Lazarol**!... o que puder dizer.

Que falatório vai por aí por causa do rei de Espanha! Tudo isso passa como a queda das folhas do outono, porque os tagarelas indigenas *não determinam as condições de solidariiedade de interesses de Portugal com a Espanha*.

Contra a opinião de todos, quero dizer que o Douro internacional é um valor muito secundário (e de impossível utilização directa) para o progresso económico português. Desde *Um Ano de Política* do sr. Egas Moniz (onde nem sequer está bem traduzida a *avenida* do Douro, que quer dizer *cheia*) até à entrevista do rei de Espanha, muita heresia se tem dito acerca do Douro fronteiriço.

Quero também dizer, sem reverência nenhuma, que não tem havido em Portugal, dentro e fora do Terreiro do Paço,

a mais comesinha *competência* para versar este assunto delicadissimo das relações com a Espanha, porque ele exige conhecimentos profundos de alguns problemas que nem sequer tem sido postos em equação pelos economistas caseiros. Arrelie-me, comtudo, do Terreiro do Paço e dos jornalistas: de aquele, porque sonha com pesetas, para continuarem a nossa perdição; destes, porque dizem coisas que não devem dizer, e por vezes defendem interesses que são prejuizos do povo.

Não deixo de lembrar aos nossos estadistas que a nossa *inferioridade de capacidade jurídica e de competência* é hoje muito maior do que quando escrevia em 1917 a carta a D. Aurélio Ras; e que uma batelada de pesetas, como anunciada, daria a nossa maior inferioridade.

No entretanto é urgente *negociar* com a Espanha alguns trabalhos que nos importam muito. Tal negociação não pode, infelizmente, ser feita pelo Terreiro do Paço, nem pelas chancelarias.

Ninguém tenha ilusões: posso afirmar com pleno conhecimento (porque algumas cousas foram passadas directamente comigo e ainda vibram nos meus ouvidos) que atravessamos uma quadra muito perigosa, em que a incompetência do Governo pode comprometer a nossa independência económica.—E já disse demais...

Domingo, 22 de Outubro de 1922.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

✖ ✖ ✖ ✖

Subscrição a favor dos famintos Russos

Com a amável interferência do sr. Dr. Alberto Xavier, a quem muito agradecemos, enviámos já ao Dr. Nansen, presidente da Comissão Internacional de Socorros aos Famintos Russos, em 31 de Outubro, juntamente com a subscrição d'A *Batalha* e dos Arsenalistas do Exército, a totalidade da nossa subscrição:

«A Batalha».....	18:000\$00
Arsenalistas do Exército.....	5:000\$00
«Seara Nova».....	1:545\$39
Total.. ...	24:545\$39

✖ ✖ ✖ ✖

«SEARA NOVA»

Temos evitado, apesar do encarecimento espantoso do papel, composição, impressão, etc., aumentar o preço da nossa Revista, sujeitando-nos a um *déficit* enorme, sobretudo para uma empresa que não tem ligações com grupo algum das oligarquias financeiras. Não podemos sustentar por mais tempo os sacrificios a que nos sujeitamos, na esperança duma melhoria que ainda não chegou. Porisso, a partir do próximo número, a *Seara Nova* custará 1 escudo e o preço de assinatura obedecerá à tabela seguinte:

	6 números	12 números	24 números
Continente e Ilhas adjacentes.....	5\$00	10\$00	20\$00
Colónias	7\$00	14\$00	28\$00
Brasil.....	8\$00	15\$00	30\$00
Estados U. da América do Norte.....	2 dolares	4 dolares	8 dolares
Estrangeiro	10 francos	20 francos	40 francos

Esta tabela só entra em vigor para os assinantes que se inscreverem a partir de 1 do corrente.